



Anais da Assembléia

N.º 28

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 36.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo da Silva e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Joaquim Muniz Teixeira de Freitas, ocorrido hoje, nesta Capital.

O extinto, que contava 38 anos, era figura conceituadíssima nos meios sociais curitibanos e cunhado do Deputado José Muggiati Filho.

Seu falecimento deixa uma lacuna sensível nos meios econômicos e sociais de nossa terra.

Requer, outrossim seja a família oficiada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) HÉLIO MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserto voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mário Scarante, ocorrido na última sexta-feira, em consequência de lamentável acidente rodoviário.

O infausto acontecimento, veio enlutar a sociedade de Palmeira, que consternada compareceu às cerimônias fúnebres.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência

da decisão da Casa à família enlutada e à Prefeitura Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, inserção em ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento, ontem, do Professor OSCAR MARTINS GOMES.

O Senhor Oscar Martins Gomes, professor, jurista e escritor, por seus brilhantes trabalhos muito se destacou na vida cultural, universitária e social de nosso Estado, tendo seu desaparecimento causado perda irreparável à comunidade paranaense.

Foi catedrático de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, membro do Conselho Estadual da Cultura, membro da Academia Paranaense de Letras, da qual foi Presidente por vários anos, ex-Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, membro do Instituto Histórico do Paraná e do Rotary Club de Curitiba.

Tendo, além disso, exercido o cargo de Secretário do Interior e Justiça e Segurança Pública do Estado, durante o Governo do Desembargador Clotário Portugal.

Devido ao seu destacado trabalho literário e jurídico e seu devotamento aos assuntos culturais e sociais foi agraciado com diversos títulos honoríficos.

Solicita, outrossim, seja dado ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) ACCIOLY NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, nesta Capital, do Professor OSCAR MARTINS GOMES.

Solicita também, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade paranaense acaba de sofrer irreparável perda com a morte de Oscar Martins Gomes.

Verdadeiro patrimônio cultural de nossa sociedade, dedicou toda a sua profícua existência à cultura, às ciências e às artes.

Dentro de nossos meios desempenhou importantes funções, como Professor Universitário, membro da Academia Paranaense de Letras, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, Secretário do Interior e Justiça e Segurança Pública, no governo do Desembargador Clotário Portugal, e outras mais.

Deixou em todas elas o marco de sua personalidade e mente brilhante.

Colaborando também com a imprensa, sempre imprimiu cunho humano em seus trabalhos, tornando-se amado do povo paranaense.

Perde o Paraná um de seus valores mais expressivos. Justo que esta Casa associe-se às manifestações de pesar

da.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor à família Malucelli que completou no dia 01 de abril p.p., o centenário de ingresso em nosso País.

Requer, outrossim, seja enviada à referida família, cópia de inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

Em 01 de abril de 1877, chegaram ao Brasil Giovanni Malucelli e Margarida Gobbo Malucelli, com seus oito filhos, Marco Antônio, Giustino, Gio Batta, Lucio, Lourenzo, Antônio e Doménico.

Era o início da colonização, e foi empolgado pelas perspectivas que o Brasil oferecia que Giovanni decidiu fazer da nossa terra, a segunda Pátria sua, e de seus familiares.

Um ano depois, acometido de maleita, veio a falecer, deixando viúva Margarida, que demonstrou ser uma mulher de coragem, com heróica tenacidade e, com a ajuda dos filhos mais velhos, conseguiu, se estabelecer e encaminhar toda a prôle que é calculada até outubro de 1975, em 1.508 membros.

Fizeram do Brasil a sua segunda Pátria, e com amor e união e muito trabalho, foram solidificando as bases da família; foram aumentando os seus membros, que por sua vez continuaram numa labuta constante, no afã de provar que o homem vence pelo trabalho e pela união.

Família de ancestrais nobres e de antiga linhagem, continuaram aqui, no Brasil, por esforçar-se para fazê-la célebre.

Hoje, 100 anos após terem aqui chegado, distinguem-se em qualquer campo de atividade e sabedoria.

É conhecida em todo País, principalmente em nossa Capital, pela destreza em negociar, mantendo inclusive, sob seu controle indústrias de grande porte em todo nosso Estado.

É um exemplo a ser seguido. Uma família que veio da Itália e que tem contribuído extraordinariamente para o desenvolvimento do nosso País que tem oferecido emprego aos nossos conterrâneos, mantendo assim, um grande número de famílias.

Numa época em que a celeridade do progresso torna as pessoas tão ocupadas, sem tempo para a união, para a harmonia, a família Malucelli é digna de ser imitada, porque, embora não só acompanhando, mas também contribuindo para o progresso e desenvolvimento do nosso País não se descuidam de bem servir ao público e ainda conseguem tempo para manter viva a chama que os une.

Desta forma, caros colegas Parlamentares, nada mais justo e mais digno, do que registrarmos na ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor a essa nobre família, que acaba de completar o seu Primeiro Centenário em nossa terra, e que através das gerações formadas desde então, conseguiram provar ser merecedores desta pequena e justa homenagem que hoje lhes prestamos.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Dr. ARNALDO FAIVRO BUSATO, pelo recebimento no dia de ontem do Título de Cidadão Honorário

do município de Carlópolis, somando-se aos inúmeros títulos já lhe conferidos pela sua brilhante atuação à frente da Secretaria de Saúde, este, foi-lhe outorgado em meio de gigantesca manifestação popular, e que bem demonstra o elevado prestígio que este homem público desfruta em nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa dê-se ciência ao Dr. Arnaldo Busato, Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, solicitando urgentes medidas para a ampliação do quadro policial da cidade de Medianeira, bem como o reaparelhamento dos serviços policiais naquele município.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO.

JUSTIFICATIVA:

O aumento da criminalidade está sendo constatado em toda parte, como resultado da crise social que provoca o deslocamento de trabalhadores de inúmeros áreas rurais, tornando-os "bóias-frias", ou desempregados.

Esses trabalhadores já sem ocupação procuram as cidades, agregando-se a elas em bairros e em favelas, engrossando os contingentes citadinos dos sem trabalho ou trabalhadores eventuais.

Dessa convivência de desajustados sociais provém uma parcela de virtuais marginais à vida social.

De outro lado, como no caso de Medianeira, cidades progressistas situadas nos pontos de entroncamento rodoviário, ponto de passagem de linhas de porte regional e nacional e, mesmo, internacional, são objeto da ação de meliantes, que levam a intranquilidade à vida normal daquele povo.

Medianeira tem sido palco de inúmeras ações dos que estão à margem da lei e o policiamento local se vê impossibilitado de atender às necessidades da comunidade local, de segurança e tranquilidade públicas.

Assim, tornam-se imperiosas medidas de reforço e aparelhamento dos serviços policiais daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Secretaria de Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de edificação da Casa do Estudante Universitário de Maringá.—

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Dentre os centros universitários do Paraná, apenas a cidade de Maringá, com seus 4 mil estudantes de cursos superiores da Universidade Estadual, não conta com estabelecimento destinado a hospedar seus acadêmicos.

Recentemente, o problema foi abordado com oportunismo pelo vereador Evaldo Garcia, da Câmara Municipal maringaense e, por tratar de assunto de profundo interesse social é justo que esta Assembléia dê o aval, o seu apoio à pretensão dos universitários de Maringá, cidade que polariza vasta e importante região no cenário sócio-econômico do Estado, ressaltando ainda que é célebre e vertical a dilatação do número de jovens que ano após ano, transpõem os portais da Universidade Estadual de Maringá, verdadeiro centro de interior-

rização do ensino superior, fato que por si, justifica maior atenção das autoridades estaduais e federais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, solicitando que S. Exa. se digne determinar os estudos necessários visando a implantação de destacamento policial na localidade denominada Jardim Maracanã, município de Colombo.

Região de crescimento populacional ponderável, congregando as Vilas de Guaraituba, Maracanã, Rio Verde, N. S. de Fátima, Guarani e Monza, entre outras, residem, ali, aproximadamente 25.000 pessoas, que vivem permanentemente sobressaltadas em face da inexistência de organismo policial que as protejam.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, o encaminhamento do editorial anexo, publicado na edição de 26 de março do corrente ano do jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", sob o título "EMPRESAS OUTRORA ADMIRADAS, SÃO HOJE "abominadas", pelo: Senhor Secretário de Saúde e do Bem Estar Social.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

O editorial em tela, Senhor Presidente, Senhores Deputados, externa de forma direta e incisiva, toda a justa preocupação da comunidade maringaense, fartamente conscientizada da urgente necessidade de efetivas providências por parte dos órgãos governamentais, no sentido da erradicação das origens de doenças contagiosas e até epidêmicas.

Reclama o editorialista, autêntico porta-voz da gente maringaense, medidas à altura e que equacionem de imediato, os problemas gerados por empresas poluidoras.

Embora se reconheça os esforços nesse sentido dispendidos pelo médico Antônio Godinho Machado, chefe do Distrito Sanitário de Maringá é de se supor que o mesmo esteja suportando sozinho toda a sobrecarga emergente do problema em si, sem contar com o devido respaldo por parte da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social.

Porisso, unimo-nos à imprensa de Maringá e à população atingida e desrespeitada e apelamos à SSBES para que se liberte das barreiras burocráticas e encare, firme e destemidamente este problema, cuja delonga é fator de irritabilidade e de intranquilidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura do Estado do Paraná, encarecendo a imediata criação de uma Escola de Segundo Grau, no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGLIO.

JUSTIFICATIVA:

Um município como Medianeira está sendo frustrado em seu processo de desenvolvimento pelas dificuldades de escolarização. O ensino de Primeiro grau, que está sendo transferido à responsabilidade das Prefeituras Municipais, desonera o

Estado e permite que este assuma, pela Secretaria de Educação e Cultura, a responsabilidade pela implantação e desenvolvimento do ensino de segundo grau.

O Estado não pode nem deve fugir a esta atribuição que ele mesmo assume com a Lei 5692, ao ser executor dessa reforma no Paraná. E, mesmo que não tenha sido coerente nessa implantação, deixando muitas escolas fora do sistema novo, não pode eximir-se à responsabilidade pelo segundo grau ou o antigo colegial.

Medianeira tem uma população que justifica a criação de tal escola, e seus filhos estão sendo sacrificados com o deslocamento para os municípios vizinhos, em busca da complementação dos estudos.

Mas isso só ocorre com aqueles que tenham condições para isso: a grande maioria se vê desestimulada em seus anseios de aperfeiçoamento educacional e cultural.

Por isso, é de inteira necessidade e justiça a imediata intervenção da Secretaria da Educação e Cultura no sentido de criar uma escola de segundo grau em Medianeira.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 33/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) IVAN RÜPPEL.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Públicos Municipais de Andirá, é uma entidade que vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade dos funcionários públicos de Andirá.

A cópia dos seus Estatutos, bem como a documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Assim é que apresentamos o presente projeto de lei e esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Lei.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos.

Consulta o Sr. Depuado Trajano Bastos, Líder do MDB, se deseja usar os 15 minutos destinados à liderança do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Viveu a Nação brasileira, na semana passada, momentos de dificuldades e que culminaram - a nosso ver - com o enlutamento da Nação, com o recesso do Congresso Nacional.

Passo a ler, neste momento, a nota oficial do MDB, com referência a esse episódio:

"O Movimento de 31 de março de 1964, treze anos passados, não deu à Nação um ordenamento jurídico definido e estável. Esta é a grande crise dentro da qual se situa o angustiantíssimo momento político que vive hoje o Brasil.

A vigência de duas ordens conflitantes - a constitucional e a de exceção - desfiguraram o funcionamento das instituições. Ao sabor do arbítrio, armam-se crises, como se uma divergência com o Poder Executivo, pleno de intenções subalternas e mesquinhas.

O Governo se atribuiu o exclusivismo das decisões certas

e o monopólio de discernir sobre o que convém ao Brasil.

Os que aceitam essa posição, e submissamente acatam tudo o que o Governo diz e que faz, são agraciados com o título de bons brasileiros.

Os que têm a coragem cívica de divergência e, na Lei e na ordem, expressam o seu pensamento são classificados de negativistas e maus.

"Nesta injustificável repetição de crises, na verdade, mal disfarçado pretexto para encobrir erros governamentais e os problemas da área econômica, criados ou não resolvidos pela incompetência, talvez nenhuma outra, como a atual, tenha sido montada tão artificialmente.

A tramitação da reforma judiciária foi um episódio parlamentar.

A proposta do governo, antes da votação no Congresso Nacional, foi repelida pelos meios jurídicos do País.

Manifestaram-se publicamente contra o projeto, ou lhe fizeram restrições fundamentais o Tribunal Federal de Recursos, Tribunais de Justiça dos Estados, entidades representativas do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, diversos Institutos de Advogados, Faculdades de Direito, além de professores e juristas.

Quanto ao Supremo Tribunal Federal, é importante lembrar que alguns dos seus membros afirmaram não representar o projeto a unanimidade de pensamento daquela Corte.

E como se tudo isso não bastasse, o próprio Relator da Comissão Mista, Senador Accioly Filho, da ARENA do Paraná, depois de exaustivos estudos e contribuições obtidas, na peregrinação por ele realizada entre os cultores do direito em todo o País, concluiu pela elaboração de substitutivo e praticamente invalidou o projeto original.

Não se diga que faltou a colaboração do MDB.

A Oposição participou da Comissão Mista, apresentou centenas de emendas e um substitutivo, advertiu, discutiu e tudo fez para aprimorar a proposição.

Se intransigência houve, essa foi a Maioria que rejeitou até mesmo a proposta do relator pertencente a seus quadros; e praticamente retornou à mensagem presidencial.

No exercício de um direito e no cumprimento de seu dever, o MDB votou contra a reforma proposta.

Em nenhum país democrático, a rejeição de projeto de governo pelo parlamento constitui razão para decretação do recesso do Poder Legislativo.

Muito menos se pode dizer, a autoridade decretação, pelo Poder Executivo, da medida rejeitada pelo Legislativo.

A Nação ouviu a exposição do Governo.

A Oposição reivindica o direito, reconhecido nos países democráticos, de, também em cadeia de rádio e televisão, esclarecer perante a opinião pública os motivos que inspiraram sua atitude e ditaram sua decisão.

O MDB não aceita a increpação de que se tenha transformado num grupo ditatorial, pois agiu segundo preceitos constitucionais.

Uma decisão parlamentar passa a ser pretexto para a ação do governo no campo das reformas políticas.

Neste sentido, o recesso imposto ao Congresso Nacional, além de grave, é injusta sanção, é artifício para que o Chefe do Poder Executivo se atribua competência legislativa que a Nação não lhe deu.

Governo existe até mesmo nos povos mais primitivos.

A Oposição é conquista da evolução do pensamento na história da Humanidade.

O respeito assegurado aos divergentes nas sociedades civilizadas revela o grau de cultura política de um povo e o índice democrático de um governo.

O MDB representa mais de 40 por cento da composição do Congresso Nacional.

Seus Senadores e Deputados foram eleitos pelo povo

mediante voto direto e com a pregação de idéias e a exposição de um programa registrado na Justiça Eleitoral. Através de reformas impostas autoritariamente o Governo quer ignorar o pensamento da expressiva parcela da opinião pública que a oposição legitimamente encarna.

Nesse contexto, nenhuma reforma política há de ser fecunda, pois terá, quando muito o caráter casuístico de resolver problemas eleitorais dos detentores do poder, na construção efêmeras vitórias, sem calor, sem grandeza, sem voto, sem povo.

Temos plena consciência de que o absurdo da exasperação e intolerância que se manifesta de parte dos que exercem o poder é consequência da nossa expansão como força política, hoje, de longe, a mais representativa das aspirações e angustiantes necessidades do povo brasileiro.

No que, com a Nação, tem sofrido e pode ainda sofrer, o MDB sabe que está pagando o preço histórico do seu engrandecimento.

De nossa parte, não pode haver outro comportamento que não seja o esforço redobrado para crescer ainda mais.

Aos companheiros das cidades grandes e pequenas, do campo e das regiões mais longínquas do país, a nossa mensagem é um clamor de afirmação. Não esmorecer, mas intensificar a mobilização partidária.

Dentro da ordem, como é do nosso estilo, sem provocação, mas com firmeza e pertinácia, a luta continua.

A vitória final será a conquista definitiva para o Brasil da democracia, com liberdade e justiça social.

Se o desdobrar dos fatos que ora se anunciam assim recomendar, o MDB reunirá seus órgãos competentes.

Desde logo assegura, porém, aos seus correligionários que, no MDB, não pode haver abandono das posições conquistadas com energia e sacrifício.

A Oposição não há de recuar um passo sequer no avanço eleitoral que fez, ao lado do povo.

Aos democratas deste País, aos que acreditam na liberdade, aos que querem a justiça social e a independência econômica, aos que sabem que uma grande Nação não se finda apenas no consentimento mas na adesão dos seis cidadãos ao projeto nacional, a todos esses endereçamos nossa palavra de fé.

O MDB tem suas portas abertas para os que desejam lutar pela construção do futuro, na ordem e na paz, que venham nos ajudar com seu trabalho e sua participação, que venham dividir conosco a responsabilidade e o esforço dessa tarefa magna que é, sem sombra de dúvida, a mais importante hoje no Brasil.

Nosso dever é lutar pela nossa crença, é lutar pela nossa causa, é lutar ao lado do povo brasileiro.

Não nos impressionamos com a violência da reação. À idéia da força, o MDB opôs a força da idéia".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — No horário destinado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Arena.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito dos últimos acontecimentos, que culminaram com a decretação do recesso do Congresso Nacional, o nosso Partido, a Aliança Renovadora Nacional, expediu a seguinte nota oficial:

"A nota do Movimento Democrático Brasileiro, quando não falseia tudo, ostenta o recheio das meias verdades.

Retrata o clima de um Partido dividido, sem o mínimo de unidade indispensável ao desempenho da missão que lhe compete.

Não adianta o exaustivo e sério debate com os seus líderes, o que fizemos obstinadamente.

Basta o grito de um radical, ou o discurso encenado de

orador de província numa assembléia do Partido, e todo o trabalho se desfez no passionismo histérico. Por isso os mais capazes omitem-se. No desconcerto partidário já não vele a competência ou a firmeza serena daqueles que sabem ver, e não triunfam as idéias, mas as ambições pessoais de alguns, mais ousados e intransigentes.

O terror tomou conta do Partido e até sobre assunto alheio à política exige-se a fidelidade e se tomam providências burocráticas preventivas junto à Justiça Eleitoral, numa ameaça de liberdade de pensamento dos congressistas.

A autoridade se demite, pensando sobreviver ao caos.

A tramitação da Reforma Judiciária revelou claramente as contradições e a crise do Movimento Democrático Brasileiro, que se projetou sobre o Congresso Nacional.

O projeto nasceu do diagnosticado pelo colento Supremo Tribunal Federal, que fizera ampla consulta aos demais órgãos da Justiça e às entidades diretamente interessadas.

A incumbência ao Excelso Pretório é irreprovável.

Cúpula do Poder Judiciário cabiam-lhe o estudo e as diligências, o que foi feito com notável clarividência.

Sabia-se, na Reforma, ser impossível atender às recomendações de todos os órgãos e entidades interessados.

Por isso, o MDB, que se jactou de apresentar centenas de emendas, fragmentárias, com objetivo de contemplar casos isolados, não cumpriu o dever de disciplinar o todo através de substitutivo que demonstrasse a preocupação com o destino da Justiça. Isso implicaria o abandono de proposições de caráter individual e demagógico.

Em sua nota, o MDB falseia ao declarar-se autor de substitutivo, que é uma proposição a exigir trabalho e estudo, e é incompatível com os expedientes de um Partido que se propõe apenas a negar, obstruir e desafiar.

Não é também exato que o ilustre Senador Accioly Filho, em seu substitutivo, "praticamente haja invalidado o projeto original".

Além de inverídico e injurioso para o ilustre Senador paranaense que, após ler o projeto, concordou em relatá-lo, e lhe conservou os pontos fundamentais.

Não obstante o seu mérito, o substitutivo, que também não foi aceito pelo MDB, contrariava pontos básicos acentados pelo colendo Supremo Tribunal Federal.

Eis, em síntese, os fatos, deturpados pela nota que, pela confusão e contradição de conceitos, reflete a falta de unidade do Partido, que se dilacera em disputas internas, demite seus líderes e sofre a ameaça e o cerco de demagogos e radicais.

Na tramitação do projeto de reforma, tentou-se desfigurar a imagem e o sentido do Congresso.

Não foi possível o diálogo, sempre interrompido e dificultado pela falta de autoridade daqueles que pretendiam representar a Oposição.

E quando os sinais de entendimento surgiram, um fato novo desfez esperanças e definiu os intuits da Minoria arrogante: passou a ser questão fechada contra o substitutivo da Arena.

Como o do Senador Accioly Filho não fora apresentado, restava o projeto do Governo, também fulminado.

Paralizaram-se as vontades e inibiu-se o Congresso em sua função mais alta pelo veto da intransigência.

A Aliança Renovadora Nacional cumpriu o seu dever, transigiu, conversou, tentou, pelo debate, encontrar fórmulas de que resultasse a aprovação da reforma pela qual se empenha toda a Nação.

Aos conceitos confusos do discurso, em forma de nota, responde a Aliança Renovadora Nacional com fatos, com o exemplo de sua ação democrática no âmbito do Congresso que é a Casa onde o choque de idéias deve ensejar sempre as melhores soluções para os problemas do País.

O recesso não foi um ato querido nem predeterminado pela Arena ou pelo Governo.

Nasceu da incompreensão, da intransigência, do radicalismo".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) — a Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, de S. Exa., o Sr. Deputado Álvaro Dias, ViceLíder do Movimento Democrático Brasileiro, na Câmara dos Deputados.

É com satisfação, também, que a Presidência registra a presença, no Plenário, do Dr. Pedro Sampaio, DD. Presidente da FAMEPAR.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 139/76, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS da cidade de Marechal Rondon. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Oscar Martins Gomes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Oscar Martins Gomes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Scarante. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfredino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Joaquim Muniz Teixeira de Freitas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, o editorial publicado na edição do jornal "O Diário do Norte do Paraná", sob o título "Empresas Outrora Admiradas são Hoje Abominadas". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que se digne determinar os estudos, visando a implantação de destacamento policial na localidade denominada Jardim Maracanã município de Colombo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando voto de louvor à família Malucelli, que completou no dia primeiro do corrente p. passado, o centenário de ingresso em nosso país. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo a imediata criação de uma Escola de 2.º Grau, no município de Medianeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de edificação da Casa do Estudante Universitário de Maringá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo urgentes providências para a ampliação do quadro policial da cidade de Medianeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, pelo recebimento do título de Cidadão Honorário, do Município de Carlópolis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Educação e Cultura e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo urgência nos estudos para que possam ser expedidos os atos necessários à plena execução do Estatuto do Magistério, bem como, sejam remetidas com brevidade as Tabelas de Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Com a palavra, V. Exa. A Presidência comunica que o expediente que é objeto de discussão já teve a sua discussão adiada da sessão de sexta-feira para a presente sessão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. que me fizesse chegar às mãos, o requerimento do nobre Deputado da Oposição.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) — (FAZ CHEGAR ÀS MÃOS DO EMINENTE DEPUTADO O REQUERIMENTO).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, o Deputado Gilberto Carvalho irá discutir esse requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que pretende o eminente Deputado Fidelcino Tolentino, com esse requerimento, já está previsto na lei que nós aprovamos, inclusive com a presença dos vetos na semana passada, e cuja lei está em pleno vigor. E, de acordo com, se não me falha a memória, o artigo 126, dentro de noventa dias o Governo do Estado deverá baixar os atos regulamentares, assim como o quadro que aqui é solicitado.

Por este motivo, Sr. Presidente e Srs. Deputados. . .

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento). Eminente Deputado, acompanho a preocupação de V. Exa. quando trata desse assunto, mas a preocupação maior que deve nortear a cada um e a todos os Deputados nesta Casa e o Magistério em geral, é no sentido, eminente Deputado, é no sentido de fazer ver ao Poder Executivo, parece-me que é esta a intenção do eminente Deputado, autor do requerimento, de fazer ver ao Executivo, que a Assembleia Legislativa, que tanto trabalhou sobre esta matéria, que tanto procurou contribuir, que tanto fez em relação a este aspecto da vida funcional do nosso Estado, fazer ver ao Governo que a Assembleia assim, está ainda desperta, está ainda acompanhando os últimos momentos que devam complementar o ato que aperfeiçoará o Estatuto do Magistério.

Não vai no requerimento, na minha maneira de ver, como me parece assim, e entende também o autor, não vai nenhuma atitude deselegante com relação ao Governo do Estado, não vai nenhuma atitude capaz de intimidar o Poder Executivo, a cumprir com uma obrigação que a própria lei o intima a fazer. E nós estamos já, eminente Deputado, há questão de poucos dias, de expirado o prazo, parece-me que aí estamos há oito ou nove dias, para que se atinja o prazo fatal, para que os atos complementares sejam expedidos, para que a regulamentação seja formalizada e inclusive, aí é que surge uma dúvida, e nós nos propomos a debater isso mais tarde e com mais vagar,

no momento mais correto; a dúvida é no que respeita as tabelas de pagamento do quadro próprio do Magistério.

Porque desde janeiro, publicada a Lei Complementar número 7, que instituiu o Estatuto do Magistério, já poderia e já deveria ser atuado no sentido de fornecer, de se criar, de se implantar, as tabelas de pagamento para o Magistério.

Neste sentido, Deputado, é que me parece, foi proposto o requerimento; neste sentido é que nós o entendemos. E é desta maneira que pretendemos que V. Exa. e seus eminentes pares, também o vejam agora, neste momento aqui na Casa. O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado Enéas Faria, nós estamos verificando que aquilo que se pede, está previsto em lei.

Não vejo como, nós cobrarmos de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, ou do Secretário de Educação e Cultura, aquilo que é lei. Porque a lei foi aprovada e publicada dia 13 de janeiro de 1977, portanto, no dia 13 de abril de 1977, é o prazo que o governo tem, para a regulamentação. E, eu não vejo então porque, quando votamos a uma lei, pedir que se cumpra a lei, se a lei já existe, se não estão a dever ainda o cumprimento desta lei. Porque nós pedimos aí, uma vez que ainda não venceu o prazo.

Estando no dia 14, se não for remetido para esta Assembleia este regulamento, no direito não só de cobrar, como de criticar também.

O SR. ENÉAS FARIA — Absolutamente, Deputado, nos termos em que V. Exa. coloca a questão, entendendo ser este requerimento supérfluo ou até atentatório aos brios do Poder Executivo, do Governo do Estado, a partir do dia 13, nós não estaremos mais criticando o Governo do Estado, se não estiver publicado, se não estiver implantada a regulamentação e as tabelas não estiverem já em vigor. Nós estaremos cobrando por crime de responsabilidade, do Governo do Estado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado. O que eu entendo neste requerimento, depois dos debates que tivemos nesta Casa, com referência ao Estatuto do Magistério que conseguimos a aprovação e também a concordância de S. Exa. o Sr. Governador do Estado que pediu o prazo de 180 dias, reduzindo para 90 dias; perdoe-me V. Exa. mas eu entendo que esse requerimento — não querendo fazer média — a pedido, foi conseguido com que o Governo remetesse a esta Casa o regulamento, porquanto já está previsto em Lei. Porisso não vejo necessidade da aprovação desse requerimento.

Mas, se no dia 14, não estiver nesta Casa o regulamento, terá nosso integral apoio na crítica pela falta deste regulamento.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite outro aparte, só para concluir? — (Assentimento).

Só para dizer que estou frustrado; quando ouvi V. Exa. levantar para usar da palavra, quando ouvi a intervenção do eminente líder com relação a este assunto, até me enchi de alegria e satisfação, porque pensava que VV. Exas. haviam denunciado à Casa e ao Paraná que o Governo do Estado não deixaria expirar o prazo e já estava elaborada a regulamentação.

Lamento dizer que estou frustrado, porque V. Exa. ainda não traz esta notícia para a Casa e para o povo do Paraná.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não vejo porque, nobre Deputado, se não está vencido o prazo e nós sabemos que será remetido no prazo devido.

Era só, Sr. Presidente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o requerimento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO (PELA ORDEM) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Deferido o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram

15 Srs. Deputados rejeitam o requerimento;

13 Srs. Deputados aprovam o requerimento. — **REJEITA-DO O REQUERIMENTO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente à autoridade competente, encarecendo que as Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, prestem informações referentes a preços que atualmente são cobrados por aquelas instituições na ministração das aulas. Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Temos agora, em mãos, para discussão, um requerimento de autoria do nobre Deputado Valter Pietrângelo, que, aparentemente, mostra ser um dos tantos requerimentos que passa por esta Casa, tentando obter informações. Informações muitas vezes aqui solicitadas, pedidos aprovados pela Casa, não vêm a esta Casa; ou vindo, não atendem mais à motivação inicial do pedido então feito.

Quantas e quantas vezes, Srs. Deputados, as informações solicitadas nem mesmo chegam a esta Casa. E, chegando, pela demora, pela demanda própria da organização pública ou de interesses sociais, nem sempre atendem mais ao motivo inicial da solicitação.

Entretanto, este requerimento, aparentemente parecendo ser um requerimento comum de informações, traz, em seu bojo, um assunto muito sério: pede informações sobre quanto o Estado tem gasto com as universidades estaduais. O “quantum” representa, para estas universidades, as anuidades pagas pelos alunos; o valor quantitativo dos acadêmicos inscritos nos cursos existentes; e também a taxa de aumento, em relação ao ano passado.

Finalmente, o Deputado requerente, deseja saber: a participação financeira do Governo Estadual, no Orçamento de 76, bem como sua participação no corrente exercício. E, se formos observar o espírito que criou as três universidades estaduais que aí estão no Paraná: a de Maringá, a de Londrina e a de Ponta Grossa, esta Casa jamais poderá negar, também, o direito da cidade que, hoje, mais cresce neste Estado, e que é a cidade de Cascavel, de ter também sua Universidade do Oeste, a sua Universidade Estadual.

Então, estaremos numa espiral cada vez mais crescendo: os ensinos de primeiro e segundo graus, que deveriam ser competência do município e do Estado e o ensino de terceiro grau, de competência exclusiva do Governo da União, ou de iniciativa privada, tem aqui, em nosso Estado, a maior parte de sua responsabilidade jogada aos ombros do Governo Estadual. Situação esta que, evidentemente, não vem deste atual Governo, nem do anterior. Mais, como uma bola de neve, o ônus do Estado do Paraná vem desde o ano de 1959, com a criação da primeira Escola Isolada de Ensino Superior. A partir daí, criado o embrião da primeira universidade estadual, a coisa foi se avolumando de tal forma que, hoje, não temos mais condições de negar, ao povo do oeste, ao povo de Cascavel, de Foz do Iguaçu, o direito também, de terem sua federação de escolas superiores, para que, ao lado da implantação dos recursos preconizados pelas obras de Itaipu, haja também a implantação das unidades de Ensino Superior destinadas, exatamente, à formação da mão de obra especializada, a nível superior, daquela região.

Se o Estado do Paraná traz, para si, uma obrigação do Governo Federal, agora que tem no Ministério da Educação, um ex-Governador deste Estado, gastando, segundo informações

colhidas junto a elementos da Reitoria da Universidade de Maringá, cerca de 152 milhões de cruzeiros no ano de 1976, com o ensino de terceiro grau, nós não sabemos efetivamente em quanto andarão as cifras para o ano de 1977, para atender os apelos e anseios de uma região que cresce e se desenvolve, em quanto deverá andar a obrigação do Estado do Paraná para com o ensino do terceiro grau.

Esta Casa que votou em memorável jornada o Estatuto do Magistério, deve também se conscientizar da grave responsabilidade que hoje pesa sobre o Estado do Paraná. Os nossos municípios não têm condições de arcar com responsabilidade...

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o assunto que V. Exa. vem discutir hoje, é de muita importância. O quanto pagam às universidades, isso não é o que está nos preocupando tanto agora, porque tenho certeza que as Universidades não visam lucro, tudo aquilo que arrecadam é para aquelas despesas com as Universidades. Mas, o que nos preocupa, isso sim, é o quanto estão onerando as três Universidades, ao Estado do Paraná, principalmente no setor de ensino, quando esses recursos deveriam ser aplicados no primeiro e segundo graus, e o governo gasta grandes somas com o ensino de terceiro grau.

Está havendo esforço do Governo do Estado junto ao Ministério para federalização das Universidades. Dada as dificuldades encontradas, se estudou até a possibilidade da criação de um fundo, de um órgão, que tivesse a participação da comunidade, do Governo do Estado e do Ministério da Educação. Falhou-se e nós inclusive, constatamos na época, em 1/3 do Ministério, 1/3 do Estado e 1/3 da comunidade. O que é necessário, é que todos nós, unidos, lutemos pela federalização das três Universidades, porque com a argumentação das duas bancadas, daremos condições a S. Exa. o Sr. Ministro da Educação, de argumentar, porquanto, como paranaense, ele tem se preocupado muito, dado os pedidos de outros Estados, pela federalização das Universidades.

Acontece que no Rio Grande do Sul, no tempo em que era Ministro da Educação o Sr. Tarso Dutra, foram federalizadas várias universidades gaúchas. Agora chegou a vez de lutarmos por esta federalização.

Não vemos assim nenhum favorecimento ao Paraná, porque o que estamos pedindo é de justiça. O Paraná é um Estado que se desenvolveu muito nos últimos anos. A sua despesa com o ensino é vultosa, e nada mais justo — quando temos aqui a nossa Universidade Federal, aqui em Curitiba, temos Londrina hoje com um desenvolvimento colossal, como também Maringá e Ponta Grossa — a federalização dessas três universidades viria assim beneficiar nosso Estado no setor de ensino.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte, nobre Deputado Gilberto Carvalho, que vem mais uma vez demonstrar o alto interesse que tem pelos assuntos de educação e, evidentemente, esse aparte veio engrandecer sobejamente nosso pronunciamento.

Mas, queremos observar que não é interessante para o Estado do Paraná que se adotem medidas políticas. É evidente que a criação de um fundo especial, em que o Governo Federal entrasse, por exemplo, com 1/3, o Governo do Estado com mais 1/3, cabendo então à comunidade o outro terço restante, seria uma solução. Mas, acontece que o ensino superior hoje, ganha uma conotação de tal forma “sui generis”, que segundo informações colhidas junto a elementos que se relacionam com as Reitorias dessas Universidades, os alunos cobrem apenas 25 por cento, ou seja, 1/4 da receita necessária para as Universidades. Então, esse plano já estaria novamente onerado e novamente frustrando também aqueles estudantes menos dotados. Entretanto, parece-me que num ponto estamos de acordo todos nós: que a luta pela federalização das Universidades Estaduais do Paraná não é uma luta do MDB, não é uma luta da ARENA, não

é uma luta do Ministro Ney Braga, não é uma luta do Governador Jayme Canet, mas, isto sim, deve ser uma luta de todos os paranaenses, de todas as camadas da população, de todos aqueles que mantêm uma dose de responsabilidade junto a este Estado. Não queremos que o Sr. Ministro da Educação, Sr. General Ney Braga venha de público e com um Decreto, com um simples toque de pena, federalize as Universidades.

É preciso que as forças vivas deste Estado, se arregimentem e reivindiquem aquilo que cabe de direito ao Estado do Paraná, porque este Estado nunca esperou, através de seus habitantes, de seus pioneiros, a presença pioneira do Poder Público, mas sempre lançou mão à obra fazendo a sua parte inicialmente. Daí porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que não aceite agora qualquer ato de paternalismo.

Se as universidades forem federalizadas que o sejam em razão exatamente da luta que o povo do Paraná há de fazer para sensibilizar o Sr. Ministro da Educação. Ainda há mais: se não houver esta luta, se não houver esta união de todas as forças vivas do Paraná é claro que, então, uma atitude do Ministro da Educação poderia parecer favoritismo para com seu Estado natal. Mas, desde que nós nos arregimentemos, desde que nós saibamos mostrar ao Ministério da Educação, desde que nós saibamos mostrar ao Governo Federal a necessidade fundamental e inadiável da federalização das Universidades a vitória, então, será nossa porque será de todo o Estado do Paraná.

Dizer-se que o Estado do Paraná tem uma Universidade Federal, é uma verdade. Porém essa foi conquistada pelo povo do Paraná através das suas lideranças educacionais, porque é uma Universidade pioneira em todo o Brasil.

Não podemos aceitar, num Estado que ainda está em vias de desenvolvimento, com tantos e tantos problemas no primeiro e no segundo graus, que cerca de 150 milhões de cruzeiros no ano passado, seguramente com os custos subindo assustadoramente, que cerca de 200 milhões de cruzeiros sejam destinados dos nossos alunos de primeiro grau, sejam destinados dos nossos alunos de segundo grau, para cobrir uma obrigação que fundamentalmente seria da iniciativa particular, mas prioritariamente é do Governo Federal. Não há qualquer tipo de desculpa.

Temos, hoje, no plano federal, um Ministro da Educação que já foi Governador do Estado. É uma posição bem diferente da do ano de 1965, quando o Ministro da Educação também, era paranaense, o Professor Flávio Suplicy de Lacerda. Este, havia saído de Curitiba e ido para o Ministério da Educação, e poderia ter alegado que não conhecia a situação do interior. Mas, quem já foi Governador do Estado eleito pelo voto livre e direto do povo não tem qualquer pretexto.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pedi este aparte tão somente para me parabenizar com o nobre Deputado, e agradecer o seu apoio e a defesa que faz da nossa matéria que está em discussão.

Quanto a esta luta pela federalização das nossas Universidades V. Exa. e o Deputado Gilberto Carvalho já bem demonstraram, com suas palavras acertadas, a importância vital e fundamental que ela representa.

Desejo registrar também, Sr. Deputado Bernardi, o nosso voto de louvor e aplauso à imprensa de Maringá que iniciou recentemente uma campanha aberta, franca e ampla em prol da federalização da Universidade de Maringá.

E, por último, deixar claro que nós sabemos aguardar inclusive e entender os escrúpulos que eventualmente tenha S. Exa. o Sr. Ministro da Educação e Cultura, General Ney Amintas de Barros Braga, ao protelar a federalização da nossa Universidade de Maringá e também de Londrina e Ponta Grossa ao deixá-las, quem sabe, para um dos últimos, se não o último ato seu na direção daquela Pasta, e, discordar do que disse o Deputado Gilberto Carvalho, ao afirmar que este assunto está merecendo uma preocupação e uma luta permanente de S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior.

Se o Sr. Governador não está taticamente se posicionando sobre o assunto, devo reconhecer que realmente, Sr. Deputado, o Governador está distante do problema, apesar de estar sofrendo bem de perto este encargo terrível que está custando para o Poder Público Estadual a manutenção destas três Universidades.

Entendo que se S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, decidir entender, compreender, que é fundamental a federalização das nossas três universidades, ou pelo menos duas, ou pelo menos uma, tenho plena certeza que ele irá conseguir isso.

Quero cumprimentar V. Exa. principalmente por deixar claro que o Paraná não precisa, absolutamente, do apadrinhamento de S. Exa. o Ministro da Educação para poder receber esse melhoramento, porque com justiça o Paraná bem o merece. Não é possível mais compreender e aceitar as forças vivas deste Estado, que continuem no Paraná com esta exuberância, com esta contribuição ao País, aí com três Universidades Estaduais, a corroerem o nosso orçamento público que já não é grande, e permitir que este trágico espetáculo que nós aqui, desta Assembléia, presenciamos a cada início de ano, continue, quando centenas de estudantes universitários desfilam pelos corredores da Assembléia para implorar bolsas de estudo, que nós não temos; a pedirem uma ajuda educacional para poderem se instruir, se preparar para servirem o País.

Realmente, o nosso requerimento quer saber os preços que as Universidades cobram, porque, na realidade, com esta fobia, de se estruturarem os "Campus", há um desnível, uma desigualdade de preços. A acusação pesa mais exatamente sobre a nossa Universidade Estadual de Maringá.

Nós pretendemos fazer estas comparações, alinharmos os outros elementos, aos quais refiro-me, no pedido de informações que proponho e, outros mais, para, efetivamente, desencadearmos, ininterruptamente, a luta maior, necessária e indispensável, que é a federalização das nossas Universidades e a criação, enfim, da Universidade do Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa. e, é claro, V. Exa. como autor do requerimento, veio completar os pensamentos que aqui expomos, desta tribuna.

V. Exa. refere-se ao Governador, Dr. Jayme Canet Júnior, é claro, é evidente, é cristalino, que S. Exa. não pode ficar ausente do problema, principalmente, sendo dele, ou sendo sua a caneta que deve assinar a injeção financeira para essas Universidades e que este ano, segundo as mais otimistas previsões, deve chegar à casa dos duzentos milhões de cruzeiros.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — V. Exa. me concede um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, foi ventilado, aqui, com relação ao escrúpulo do Ministro Ney Braga, com relação à educação do Paraná. E o Paraná todo sabe, do escrúpulo que tem o Ministro, com relação, não só à educação no Paraná, mas, com relação à educação em todo Território Nacional.

E, com relação ao assunto abordado por V. Exa., que é um assunto válido, com relação à federalização das nossas Universidades, nós sabemos, também, do empenho do Sr. Governador do Estado, bem como da disposição do Sr. Ministro.

Mas, sabemos nós também, que existe um Conselho Federal de Educação, que esse Conselho é que regula a matéria.

Nestas condições, nós temos presenciado a luta do nosso Governador junto ao Ministro e, inclusive, junto a esse Conselho Federal de Educação, que é o Conselho que trata da matéria.

E, sabemos nós das verbas no setor de educação, que a imprensa tem divulgado, pelo FAS; inclusive, na semana que findou, vieram mais de 340 milhões de cruzeiros, para serem investidos em educação no Paraná.

Sabemos nós, que o Ministério vive de orçamento e, dentro dessas possibilidades do orçamento que vive o Ministério, o Sr. Ministro atende os apelos que vem recebendo do Paraná;

está procurando carrear para o nosso Estado, grande volume de verbas para o desenvolvimento da educação no nosso Estado.

E, eu, sou testemunha do empenho do Sr. Governador, do empenho do próprio Ministro, que, como disse, depende do Conselho Federal de Educação para as referidas federalizações.

De sorte, nobre Deputado, que é oportuno seu pronunciamento mas, é oportuno também, se dizer do empenho do Sr. Governador Jayme Canet Júnior, para a solução desses problemas que não são só do Paraná, mas de todo Brasil.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa., devo dizer que no tocante à atuação do Conselho Federal de Educação, as três Universidades estão reconhecidas, com todos os cursos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação. Aqui, seria apenas a transmissão da responsabilidade de gestão; ao invés do Estado, passar para a União. Quanto aos recursos que S. Exa. o Ministro Ney Braga enviou para o Paraná, são verbas provenientes do Plano Nacional de Educação, através do salário de educação, verbas estas destinadas para todos os Estados da União.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Nobre Deputado, essa é uma parcela que veio na semana que findou. Eu não sei o montante das verbas que já vieram para o Paraná, para a construção e expansão do ensino em nosso Estado. Não posso lhe afirmar o total de verbas. Na semana que findou foram trezentos e quarenta e quatro milhões, mas já vieram bem mais verbas.

O SR. RENATO BERNARDI — Eminentíssimo Deputado, eu não estou tentando contestar o que afirma V. Exa., apenas estou tentando ordenar a minha linha de raciocínio, dizendo que esses trezentos e quarenta milhões de cruzeiros que vieram na semana passada, são verbas do Plano Nacional de Educação, provenientes do salário de educação, numa redistribuição para todos os Estados brasileiros, coleta aliás, feita aqui mesmo.

Mas não é o caso, claro, de se menosprezar a cota vinda ao Paraná. V. Exa. tem observado uma série de crises a envolver as nossas Universidades. O ano passado ainda, a Universidade de Maringá, teve a renúncia do Reitor. Segundo a imprensa, a Universidade de Londrina anda numa permanente crise da Reitoria com os meios de comunicação, do Estado.

Mas o fato é que não há justificativa para o Estado permanentemente estar arcando com uma responsabilidade que deverá ser do Governo Federal.

É claro, nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, que nós não pretendemos que esta seja uma luta do MDB, como não pretendemos que seja uma bandeira da Arena. Deve, isto sim, ser uma bandeira de todas as forças vivas do Paraná. E se os homens de responsabilidade deste Estado se unissem para reivindicar aquilo que nós entendemos que o Estado do Paraná tem direito, nós não estaríamos na dependência então, do paternalismo do Ministério da Educação, para dar de presente uma coisa que o Paraná merece, por direito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Deputado Renato Bernardi, V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Renato Bernardi, inicialmente permita-me que louve sua atitude em discutir o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, dando oportunidade a que toda a Casa conhecesse o seu real sentido e objetivo e conhecesse também, a relevância da matéria que ele trata.

Gostaria apenas de informar ao Deputado Renato Bernardi e a esta Assembléia que, há dois anos, quando estive nesta Casa o Sr. Governador do Estado para dialogar com os Deputados sobre vultuosos empréstimos que pretendia fazer e que esta Casa autorizou, naquela ocasião cobramos pessoalmente do Sr. Governador, na presença de todos os Deputados, uma solução definitiva para as Universidades de Maringá, de Londrina e de Ponta Grossa, acrescentando que nós só víamos uma solução, e que era a federalização das três Universidades.

Naquela ocasião o Sr. Governador disse que se estudava uma solução, que seria a constituição de uma Fundação, da

qual fariam parte o Estado, a União e a Comunidade. Em outros termos, dividir-se-iam as responsabilidades, mas o ensino continuaria sendo pago. Contestei como ainda hoje contesto e discordo desta solução, notadamente porque sei que não há equidade no tratamento que o Governo Federal dispensa ao ensino universitário, a todas as unidades federativas. Nós sabemos que o Rio Grande do Sul, por exemplo, tem cerca de oito universidades, a maioria federalizada.

E as Universidades gaúchas, foram federalizadas, quando o Ministro da Educação, Senador Tarso Dutra. Ele se empenhou e levou para seu Estado, os benefícios da federalização, e, portanto, do ensino superior gratuito. Surpreende-me portanto, que sendo há dois anos, do Paraná, o Ministro da Educação, e tendo o Paraná apenas três Universidades reivindicando sua federalização, não tenham ainda conquistado seu objetivo.

Mas, se por um lado me surpreende esta falta de interesse no trato, eu na defesa da coisa paranaense, não me surpreende tendo em vista a mentalidade que prevalece hoje na administração federal como um todo. O ensino, a educação, passou a ser mercadoria e mercadorias com verbas do FAS que devem ser pagas com juros e correção monetária. É mercadoria quando se reduz sistematicamente, anualmente, as dotações para a educação nos orçamentos: é mercadoria quando a Constituição ilegalmente imposta em 69, obrigou que o ensino superior tinha que ser pago; é mercadoria quando se institui num país carente de recursos, o ensino pago. E o sistema de bolsas de estudo, como exceção, de um ensino pago como regra. Quando a regra deveria ser o ensino gratuito, ia ser a exceção, o pagamento.

Portanto, esta nossa luta deve ser feita. Parabenizo a V. Exa. por discutir a matéria; parabenizo o Deputado Valter Pietrângelo, por trazer o requerimento; parabenizo a imprensa de Maringá, que se levanta em campanha para conseguir a federalização da sua universidade, como acho, que iguais manifestações, iguais campanhas, devem ser feitas também nas cidades de Londrina e Ponta Grossa.

Mas, quero dizer, que o fundamental é que lutemos para restituir neste País, a gratuidade do ensino; ensino não é mercadoria, ensino é direito de todos, e a todos deve ser oferecido gratuitamente.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte do nobre Deputado Osvaldo Macedo que, indiscutivelmente, enriqueceu sobremaneira, esta manifestação que fazemos. E lembramos à Casa, ao concluir que, transformar-se uma fundação estadual em fundação federal, a situação dos nossos estudantes, dos nossos alunos vai continuar na mesma.

Quando o Senador Tarso Dutra, então Ministro da Educação, federalizou as universidades gaúchas, ele as federalizou como autarquias. E então, garantiu ao estudante gaúcho, o ensino gratuito, porque em algumas regiões do norte brasileiro, foram federalizadas duas universidades, mas num regime de fundação. E a anuidade lá é tão cara, quanto no Estado do Paraná.

Gostaria ainda de fazer um apelo, ao Sr. Líder da ARENA e ao Sr. Líder do MDB, para que num acordo maior de Assembléia, nós conseguíssemos levar esta bandeira à frente, porque caso contrário, nós não teremos como, na condição de Poder Legislativo, de fugir à pressão que todas as regiões do Paraná, obedecendo o mesmo critério da criação das universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, hão de fazer sobre o Executivo e sobre o Legislativo, exigindo a criação das suas universidades regionais.

Qual será o argumento que nós poderemos ter para não conceder a Cascavel, o mesmo direito de Londrina, Maringá e Ponta Grossa; qual o argumento que teremos para não conceder a Umuarama, o mesmo direito de Londrina, Maringá e Ponta Grossa; qual será o argumento que teremos nesta expansão da economia do litoral, para negar a Paranaguá, o mesmo direito três cidades sedes de universidades; qual o direito que teremos

de negar ao Norte Pioneiro que, numa federação de unidades de escolas superiores, reúne as escolas de: Bandeirantes, Cambará, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, na Universidade do Norte Pioneiro?

E tudo isso, deverá representar um ônus insuportável e insustentável, e acima de tudo, fora do Direito para o Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a votação. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 151/76; marcando ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 5, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 01/77.
Levanta-se a sessão.